

Ataliba T. de Castilho*
(USP-CNPq)

Perspectivas de Estudo das Áreas Lingüísticas da América Latina

INTRODUÇÃO

Nossa Colega, Profa. Maria Lúcia Leitão de Almeida, Presidente da ASSEL-RIO, secundada pela coordenadora desta mesa-redonda, Profa. Marília Facó Soares, nos convida a “*discutir o legado deixado pela tradição, confrontando-o com novas perspectivas de análise para o milênio que se aproxima*”, oferecendo a seus integrantes, como moldura, “*as novas perspectivas de estudo das áreas lingüísticas da América Latina*”.

Como essas Colegas deixaram os participantes à vontade para escolher seu caminho, depois de mirar e remirar o tema geral do evento, “*tradição & ruptura nos estudos da linguagem*”, fiquei hesitando entre dar uma de profeta, jogar a perna e arriscar alguns palpites sobre a Lingüística no próximo milênio, ou, baixando a bola, chãmente fisgar o que há de tradição e de ruptura em alguns trabalhos e responsabilidades com os quais me envolvi ultimamente.

A primeira hipótese me pareceu arriscada. Afinal, alguns futurólogos da década passada se estrepam do primeiro ao quinto, como diziam os que jogavam no bicho, e eu talvez não tivesse sorte diferente.

Apeguei-me então à segunda hipótese, que me pareceu mais sedutora. Mas também aqui fiquei assaltado pelo chamado “*embarras du choix*”. Seria uma boa identificar a tradição e a ruptura nos trabalhos publicados pelos projetos coletivos que coordenei? Indo por aqui, eu poderia, por exemplo, propor uma interpretação abrangente às centenas de ensaios produzidos pelos pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado, que é uma derivação do latino-americano “*Proyecto*” de estudio coordinado de la norma lingüística urbana culta”, de dimensão latino-americana. Mas acontece que eu já corri esse risco em mais de uma oportunidade, a última das quais por ocasião do XII Congresso da Sociedade Chilena de Lingüística: Castilho (1997, 1998a, 1998b). Outro caminho seria dar alguns

* Presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL)

palpites sobre o nascente Projeto para a História do Português Brasileiro, instalado depois do Projeto de História do Espanhol das Américas e Canárias. Bom, vários pesquisadores integrantes desse projeto vão falar sobre ele neste congresso. Além do mais, escrevi neste ano para a *Revista Portuguesa de Filologia* um ensaio intitulado “Para a história do português de São Paulo”. Como é sabido, depois de certa idade ficamos apavorados com a forte possibilidade de nos repetir, e eu ainda não quero dar essa bandeira.

Fixei-me então na expressão “*perspectivas de estudos*”, constante do programa, e achei a minha terceira via: propor aqui no Rio um debate sobre as responsabilidades de nossas associações científicas num mundo globalizado. Proponho que essas associações discutam uma programação de pesquisas que, sem jogar novos encargos sobre nossos ombros, nos ajude a buscar parcerias entre colegas do país e da América Latina, potencializando nossas capacidades, e buscando em nossas atividades concorrer para uma inserção mais patente do Brasil no mundo latino-americano.

Para dar conta do recado, acho interessante dividir a questão em dois tópicos: (1) áreas de pesquisa lingüística na América Latina; (2) formas de atuação no mundo globalizado: o papel das associações científicas.

1. ÁREAS DE PESQUISA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Os lingüistas que trabalham no mundo latino-americano operam num domínio geográfico que já era lingüisticamente complexo antes da chegada dos europeus. Centenas de línguas ameríndias eram faladas por comunidades muito representativas, de que sobreviveram grandes nações, contando-se ainda hoje aos milhões os falantes das “*lenguas ‘mayores’ o ‘generales’, [como el] azteca, maya-quiché, quechua, guaraní, mapuche y chibcha*”, como nos lembra oportunamente Cerrón-Palomino (1990: 415).

Por outro lado, a expansão da Europa Latina para estes lados deu origem à “România Nova”, com seu atual e elevado número de falantes de espanhol, português e francês, os quais, interagindo com as línguas ameríndias e as línguas africanas trazidas no período colonial e ainda com outras línguas européias e algumas asiáticas, trazidas pelas ondas migratórias do séc. XIX, deram origem a mecanismos opostos de conservação de velhas derivas ibéricas e de inovações que talvez melhor se expliquem no contexto românico maior. Ora, esses dois movimentos convivem paradoxalmente em nossa comunidade nacional, e tudo isso ainda está longe de ser explicado.

Para atuar num território assim, deveríamos manter e estimular a busca de conhecimento dessa realidade, dando prosseguimento a projetos coletivos de pesquisa, implementando novos projetos, que objetivem um conhecimento mais acurado da realidade lingüística latino-americana, as questões do ensino das línguas românicas e das línguas indígenas, e o problema do ensino das línguas estrangeiras.

Documentar e descrever nosso entorno lingüístico tem sido o esforço constante dos lingüistas brasileiros e hispano-americanos nas últimas décadas, o que vem sendo feito em quatro áreas: as pesquisas sobre as línguas indígenas, as pesquisas sobre as línguas românicas para cá trazidas, as pesquisas sobre os crioulos de base espanhola, portuguesa e francesa, e as pesquisas sobre a riquíssima literatura latino-americana. Não vou resenhar tudo isso, apenas sublinharei que será muito importante que as novas gerações cuidem equilibradamente desses domínios.

Dois textos bastante instigantes exerceram uma influência decisiva no planejamento e na execução de uma política lingüística de pesquisa no Brasil, e estou seguro que em algum momento a Historiografia da Lingüística tornará mais nítida essa influência. Refiro-me ao artigo de Aryon Dall'Igna Rodrigues intitulado *Tarefas da Lingüística no Brasil*, publicado em 1966, e ao livro de Juan M. Lope Blanch, *La Filología Hispánica en México: tareas más urgentes*, publicado em 1969: Rodrigues (1966), Lope Blanch (1969). Esses dois textos apresentam uma notável confluência quanto aos propósitos organizacionais ali expostos. Minha geração neles encontrou estímulos bastante poderosos, no momento em que eram tomadas decisões sobre o rumo científico a definir, tanto no domínio pessoal quanto no institucional. É hora de prosseguir na execução das tarefas aí sugeridas, tomando-se em conta, naturalmente, as novas indagações científicas que ora se fazem. Na verdade, novas lideranças deveriam re-escrever tais planos, tendo em vista o que se aprendeu e a conjuntura aberta pela aproximação aberta de um novo século.

Com respeito à Lingüística Indígena, progrediu sem dúvida nosso conhecimento na área, graças à entrada em ação de novos pesquisadores. Uma questão ainda insuficientemente debatida, se não erro, é a da incorporação de indígenas no trabalho de descrever sua própria língua. Em diversas ocasiões os especialistas se puseram esta questão, que aparece, por exemplo, nestas palavras de Munõz (1990: 429): “*Resulta manifesta la ausencia de los hablantes indígenas en la teoría y práctica de la investigación lingüística, tendencia que abre el riesgo de una intervención manipuladora o tergiversadora del investigador en torno a la situación en estudio. Hace falta, por tanto, una política de integración y formación de agentes-investigadores indígenas en la práctica científica de la lingüística*”.

As questões do ensino não devem ser descuradas, firmando-se a responsabilidade social dos lingüistas. A alfabetização, o ensino da leitura e da redação, e ainda as reflexões sobre a gramática internalizada de nossos alunos de ensino fundamental e médio poderiam ser objeto de vários grupos de pesquisa. É preciso, a este respeito, enterrar de vez um velho fantasma: o de que a Lingüística Aplicada é um domínio menor, e apenas em Lingüística Teórica e Descritiva se faz pesquisa de valor. Essa é a voz do passado, que deve ser esquecida, para que não nos insulemos numa magnífica inutilidade, adiando tarefas urgentes.

Comparando a educação indígena ao ensino do espanhol e do português como L1, surpreende-se uma curiosa convergência de rumos.

No caso do espanhol e do português, depois de décadas de transmissão em sala de aula do conhecimento enumerado nos “programas oficiais de ensino”, e empacotado nos livros didáticos, verifica-se que vem tomando corpo uma nova ação dos professores, voltada para a produção do conhecimento em sala de aula, vale dizer, para a recuperação do conhecimento lingüístico que os alunos trazem para a escola. Deste patamar, parte-se para o domínio de outras modalidades da L1 que eles ignoram, como é o caso da língua literária. Inverte-se a ordem dos conteúdos, e altera-se a relação professor-aluno, transformando-se as salas de aula em lugar de indagação, de busca. Ou seja, renunciando a dar aos alunos respostas a perguntas que eles não formularam, ajudamo-los a apresentarem suas próprias questões, numa forma ordenada, concentrando sua reflexão na língua que falam. Não posso aqui detalhar essa nova abordagem do velho mister de dar aulas de língua materna, matéria a que dediquei um livrinho no ano passado: Castilho (1998c).

Ora, com respeito à educação indígena, e limitando-me à experiência brasileira, verifica-se que depois da fase da educação com objetivos “civilizatórios” e integracionistas, ministrada sempre em Português, irrompeu a partir de 1970 uma nova fase, a da educação bilíngüe: Oliveira e Oliveira (1996). Constata-se nesse novo momento a “explosão das diferenças” e uma construção identitária alternativa à “nacional”, modificando-se o papel do lingüista, que agora apenas concorre para a “*elucidação conceitual da reflexão lingüística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas*”: Oliveira (1997).

Com respeito ao ensino da ou das línguas estrangeiras, as propostas vão desde a idéia de que os cidadãos deveriam entender bem uma língua estrangeira, mesmo sem a falar, até uma proposta mais radical, que é a de promover uma educação bilíngüe precoce, desde o nível fundamental, agregando-se uma segunda língua estrangeira no curso médio. Segundo os autores desta proposta, veiculada em 1997 pelo Conselho Europeu de Línguas, os cidadãos monolíngües correm o risco de reduzir-se a “deficientes lingüísticos” no terceiro milênio. Com isso, os objetivos da escolaridade passam a incluir o conhecimento prático de duas línguas, além da língua materna.

Em nosso caso, como escolher tais línguas, levando-se em conta a complexidade latino-americana? Segundo Born, que compara a situação latino-americana à européia, “*transferir este modelo de multilingüismo para o Mercosul significaria já de momento que todo tipo de comunicação interna ou externa deveria ser traduzido em três línguas: espanhol, português e guarani, dado que este último é idioma nacional de um país-membro, o Paraguai*”. Esse mesmo autor enumera um conjunto de medidas didáticas que os estados membros devem tomar, tais como criar ambientes favoráveis ao estabelecimento de um ensino mais intensivo de línguas estrangeiras em qualquer tipo de escola, e fazê-lo desde a juventude, ensinar disciplinas tais como a história, a geografia e as ciências naturais em línguas distintas da materna, promover uma integração maior dos idiomas vizinhos no sistema escolar, e neutralizar o exclusivismo do inglês como primeira língua estrangeira a aprender: Born (1996).

2. FORMAS DE ATUAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO: O PAPEL DAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS

A articulação dos grandes blocos de nações na última década deu origem a alguns fatos políticos impensáveis até pouco tempo atrás: a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Tratado de Livre Comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México (NAFTA), a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como bem reconhece Rainer Enrique Hamel, “*a tradicional divisão entre o local, o nacional e o internacional já não se sustenta*”, surgindo “*terceiras culturas desterritorializadas como a nova cultura empresarial, a eletrônica, a ecologia e múltiplas expressões de sincretismos e hibridações*”: Hamel (1995). Perguntar qual o efeito disso tudo no ensino e na pesquisa é a grande questão de hoje.

O MERCOSUL reúne países que se guerrearam no passado, e que até bem pouco tempo nutriam grandes desconfianças uns em relação aos outros. Esse bloco é hoje uma realidade de que devemos nos orgulhar, apesar das naturais trepidações que acompanham a vida de grupos dessa natureza. Além de suas atividades econômicas, esse organismo debate hoje uma política cultural gerida em grande parte pela “Associação das Universidades do Grupo de Montevideú”, AUGM.

A AUGM “foi criada em 1991, poucos meses após a assinatura do Tratado de Assunção, tendo como principal objetivo o fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos, de pesquisa e de transferência do conhecimento entre os participantes e de contribuir para o processo de integração acadêmica em todos os níveis”: Meneghel (1998). A mesma fonte indica que essa Associação está integrada por cinco universidades argentinas, uma paraguaia, uma uruguaia e cinco brasileiras. Três programas organizam as atividades da AUGM: Programa de mobilidade acadêmica, Programa jovens investigadores e Programa de núcleos disciplinares e comitês acadêmicos.

Uma política lingüística vai se delineando nesse órgão, pois o mundo globalizado reclama obviamente a intensificação do ensino das línguas. O espanhol e o português ocupam aí um lugar de relevo, por situarem-se entre as línguas mais do mundo.

E a velha Europa, de que descendemos, vem debatendo formas de integração desde o pós-guerra. A União Européia, com sua moeda unificada, mostra que a globalização veio para ficar. Somos herdeiros de uma mesma cultura ibérica, e os laços que nos unem à Espanha e a Portugal deveriam ser fortalecidos, mediante o estabelecimento de programas multilaterais de pesquisa científica, em que a România Nova e a România Velha sejam investigadas pelas novas gerações de filólogos, lingüistas e educadores.

Em suma, novas parcerias devem ser procuradas, e devem ser procuradas com urgência. Aqui entram em conta as associações científicas especializadas, e alguns cuidados que seus dirigentes devem tomar em suas decisões.

A consolidação das pesquisas lingüísticas e literárias, o trabalho de nossos mais de 50 programas de pós-graduação brasileiros e a expansão do ensino superior deram lugar a uma expressiva proliferação de sociedades científicas em nosso país. Começando pelo pioneirismo da Associação Brasileira de Lingüística e do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, ambos fundados em 1969, e observando criação de novas associações nacionais (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Associação Brasileira de Literatura Comparada, Associação Brasileira de Lingüística Aplicada) e regionais (Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, Grupo de Estudos Lingüísticos do Norte, Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná, Associação de Estudos Lingüísticos do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Lingüísticos do Sul), conclui-se que algum tipo de discussão deveria ser desenvolvido por esses organismos, sobretudo por aqueles de caráter nacional.

Começemos pela questão financeira. Não será possível custear todas as suas iniciativas. E os indivíduos não poderão participar de todos os seminários, congressos e reuniões promovidos por essas entidades. Gostaria de propor uma reflexão sobre isso. Longe de recomendar o fechamento das sociedades científicas, parece-me inadiável debater sua articulação à volta dos grandes temas reclamados por nossa cultura lingüística, para o que deverão ser também levadas em conta as associações internacionais. Vou finalizar esta intervenção falando sobre algumas formas de atuação de nossas associações com associações internacionais, o que é sem dúvida um forte reclamo do mundo globalizado.

Um pouco antes da fundação da Associação Brasileira de Lingüística, tinham surgido o Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI), em 1963, e a Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), em 1964. O primeiro desapareceu por volta de 1981, mas a ALFAL não descontinuou sua atuação, desde que o Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr., desta universidade, foi seu primeiro presidente.

São objetivos da ALFAL “*fomentar o progresso tanto da lingüística teórica e aplicada e da filologia na América Latina - especialmente da lingüística geral, da lingüística indígena e da lingüística e filologia hispânicas e portuguesas - como da teoria e crítica literárias*”. A ALFAL conta atualmente com cerca de 1400 sócios, dos quais 800 ativos, residentes em praticamente todos os países das Américas (Antilhas Holandesas, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela), além de vários países da Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Suécia), da Ásia (Coréia, Japão) e ainda a ilha-continente, a Austrália.

A ALFAL realizou até aqui doze congressos internacionais, dos quais dois no Brasil (II, Universidade de São Paulo, 1969; IX, Universidade Estadual de Campinas, 1990), publica desde 1989 a revista *Lingüística* (11 números publicados; o último dos quais dedicado a retratar a Lingüística Brasileira), editando ainda as *Atas de Congressos* (11 volumes, alguns com vários tomos), os *Cuadernos de Lingüística* (9 volumes) e os 11 números de seu *Boletín Informativo*.

São do maior interesse as Comissões de Pesquisa, integradas por especialistas que organizam uma agenda de trabalhos, cujos resultados são apresentados em encontros regionais, os “alfalitos”, e nos congressos internacionais. A atual Diretoria está se esforçando para ampliar seu número, desde que garantida uma ação científica que aproxime hispanistas, lusitanistas e indigenistas à volta de temas de comum interesse. Se essa política der certo, o XIII Congresso, a realizar-se na Costa Rica, em 2002, poderá ser um bom mostruário dos temas que deverão ocupar os lingüistas, filólogos e teóricos da literatura nas primeiras décadas do novo milênio.

Uma ação articulada nesse domínio poderá romper com as barreiras atuais, que separam no interior da ALFAL os especialistas em línguas indígenas, os hispanistas e os lusitanistas. De fato, não vale a pena manter uma sociedade internacional se em seus congressos os diferentes grupos se mantêm impermeáveis uns em relação aos outros, se se perde uma grande oportunidade de realização científica conjunta.

Uma alternativa bastante promissora seria pedir aos nossos colegas da Lingüística Indígena que formulassem questões derivadas de suas pesquisas, as quais seriam trabalhadas conjuntamente em outras línguas indígenas, no português e no espanhol. Esse projeto poderia ter mais de uma vantagem: (1) ele nos libertaria de uma velha e já cansativa tradição: esperar as questões oriundas dos modelos de prestígio, e sair atrás de evidências nas línguas com as quais trabalhamos, indo sempre a reboque em nossas pesquisas; (2) perguntas instigantes seriam feitas, com potencial de melhorar nosso conhecimento das línguas românicas transplantadas, visto provirem de línguas não indo-européias; (3) a América Latina falaria sua própria voz, invertendo o modo de fazer ciência em nossos meios, e oferecendo uma alternativa às pesquisas lingüísticas no próximo século.

Operam atualmente na ALFAL as seguintes Comissões de Pesquisa, algumas das quais têm a responsabilidade de coordenar projetos coletivos:

Comissão de estudo coordenado da norma lingüística culta (Coordenador: Juan M. Lope Blanch). Ver José Antonio Samper Padilla - Criterios metodológicos del 'Macro-corpus' de la Norma lingüística culta de las principales ciudades del mundo hispánico. *Lingüística* 7: 1995, 263-293.

Comissão de estudo sociolingüístico do espanhol da Espanha e da América (Coordenadores: Francisco Moreno Fernández e Carmen Silva-Corvalán). Ver Francisco Moreno Fernández – “Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América”, *Lingüística* 5: 1993, 268-271; Francisco Moreno Fernández – “Metodología del Proyecto...”, *Lingüística* 8: 1996, 257-287.

Comissão de gramática do português falado (Coordenadora: Maria Helena de Moura Neves). Ver “Comissão de Lingüística Portuguesa”, *Lingüística* 5: 1993, 251-267. Ataliba T. de Castilho (Org. 1990). *Gramática do Português Falado*, vol. I, A ordem. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 2a. ed., 1991, 3a. ed., 1997. Idem (Org. 1993). *Gramática do Português Falado*, vol. III, As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. Ataliba T. de Castilho e Margarida Basílio (Orgs. 1996). *Gramática do Português Falado*, vol. IV, Estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. Rodolfo Ilari (Org. 1992) *Gramática do Português Falado*, vol. II, Níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. Mary Kato (Org. 1996). *Gramática do Português Falado*, vol. V, Convergências. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. Ingedore G. V. Koch (Org. 1996). *Gramática do Português Falado*, vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. Maria Helena Moura Neves (Org. 1999). *Gramática do Português Falado*, vol. VII. São Paulo / Campinas: Humanitas / Editora da Unicamp. Maria Bernadete Marques Abaurre e Ângela Cecília de Souza Rodrigues (Orgs., no prelo). *Gramática do Português Falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp.

Comissão de história do espanhol da América e das Canárias (Coordenadora: Elena Rojas de Mayer). Ver *Lingüística* 9: 1997, número dedicado a Beatriz Fontanella de Weinberg.

Comissão de história do português brasileiro (Coordenadora: Ilza Ribeiro). Ver Ataliba T. de Castilho (Org. 1998). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. I, Primeiras Idéias. São Paulo: Humanitas / Fapesp. Rosa Virgínia Mattos e Silva (Org. 2000). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. II. São Paulo: Humanitas. Tânia Alkmin (Org., no prelo). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. III.

Comissão de línguas ameríndias I (Coordenador: Ramón Arzápalo). Ver Ramón Arzápalo - “La Comisión de lenguas indoamericanas”. *Boletín Informativo* nueva época, año 1, número 1, 1997: 25. Essa comissão se especializará nas línguas do México, América Central e Caribe.

Comissão de línguas ameríndias II (Coordenadora: Lucy Seki). Essa comissão se especializará nas línguas ameríndias da América do Sul.

Comissão de lingüística aplicada ao ensino da língua materna (Coordenador: Pedro Benítez). Ver “Muestra de información bibliográfica del centro de datos da la Comisión de Lingüística Aplicada a la enseñanza de la lengua materna de ALFAL”, *Lingüística* 6: 1994, 207-251.

Comissão de línguas crioulas de base espanhola e portuguesa na América (Coordenadores: Armin Schwegler e Dan Munteanu). Ver Armin Schwegler - “La doble negación dominicana y la génesis del español caribeño”, *Lingüística* 3:1991, 31-89.

Comissão de Aquisição da Linguagem. (Coordenadora: Cecilia Rojas).

Comissão de Historiografia Lingüística (Coordenadora: Cristina Altman).

Comissão de Política Lingüística (Coordenadora: Lia Varela).

Comissão de Filologia (Coordenador: Heitor Megale).

Comissão de léxico disponível (Coordenador: Pedro Benítez).

Comissão de difusão internacional do espanhol por rádio, televisão e imprensa. (Coordenador: Raúl Ávila). Ver Raúl Ávila - “Difusión internacional del español por radio y televisión: unidad y diversidad de la lengua (DIES-RTV)”, *Lingüística* 4: 1992, 371-376.

Comissão Varilex. Variação léxica do espanhol (Coordenador: Hiroto Ueda).

Para nós brasileiros, além da ALFAL, deve ser lembrada a Associação Internacional de Lingüística do Português (AILP), fundada em 1997, por iniciativa da Associação Portuguesa de Lingüística e da Associação Brasileira de Lingüística.

A AILP tem em seu programa de atividades a organização de um megacópus do Português e o desenvolvimento de pesquisas sobre as variedades européia, brasileira e africana de nossa língua.

É por demais evidente que deveríamos nos valer dessas associações para a busca de parcerias. Faço um apelo aos dirigentes das sociedades aqui mencionadas que estimulem a formação de grupos de pesquisa, neutralizando assim possíveis efeitos negativos provenientes de sua multiplicação descontrolada. E aos assistentes, peço que se associem, que paguem suas anuidades, e que pressionem as diretorias de suas associações no sentido de encaminhar projetos internacionais e inter-institucionais de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORN, J. (1996). Plurilingüismo e bilingüismo na Europa e na América do Sul: a União Européia é um modelo para o Mercosul ? Comunicação ao I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inédito.
- CASTILHO, A. T. de (1997). Projeto de Gramática do Português Falado. In: *Estudos Lingüísticos* 26:62-73 [Anais do GEL].
- _____.(1998a). Langue parlée et processus grammaticaux. In: M. Bilger, K. van den Eynde et F. Gadet (Eds. 1998). *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Leuven/Paris, Peeters, pp. 141-148.
- _____.(1998b). Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: M. Bernales y C. Contreras (Orgs. 1998). *Por los caminos del lenguaje*. Temuco, Ediciones Universidad de La Frontera, pp. 23-37.
- _____.(1998c). *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto
- _____.de (no prelo). Para a história do Português de São Paulo. In *Revista Portuguesa de Filologia*.
- CERRÓN-PALOMINO, R. (1990). Hacia una Filología Amerindia. In: *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, págs. 415-418.
- HAMEL, R. E. (1995). Direitos lingüísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: *Alteridades* 5 (1995): 11-23.
- LOPE BLANCH, J. M. (1969). *La Filología Hispánica en México. Tareas más urgentes*. México: UNAM.
- MENEGHEL, S. M. (1998). *A Associação das Universidades do Grupo de Montevideú na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná e o CODESUL*, relatório inédito, outubro de 1998.
- MUÑOZ C., H. (1990). La comunicación entre el indio y el blanco. In: *Actas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, págs. 421-431.
- OLIVEIRA, G. M. de e Oliveira, S. M. (1996). Formação de professores: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingáng, inédito.
- OLIVEIRA, G. M. de (1997). O que quer a Lingüística e o que se quer da Lingüística na Pedagogia da Diferença ?: a delicada questão da assessoria ao movimento indígena. Texto apresentado à I Conferência Ameríndia, Cuiabá, 17 a 21 de novembro de 1997, inédito.
- RODRIGUES, A. D. (1966) Tarefas da Lingüística no Brasil". In: *Estudos Lingüísticos* [Instituto de Idiomas Yázigij] I.1: 4-12.